



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020**

**Processo Eletrônico nº E-22/010/106/2019**

**OBJETO:** O objeto é a contratação de empresa de prestação de serviços de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro, que contemplarão a assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro, com padrão em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária à internação hospitalar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, visando atender as necessidades das CODIN, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em todos os seus Anexos, compreendendo um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos.

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir da publicação deste Edital.**

**PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO:** Em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 de novembro de 2020 às 11 horas**

**LOCAL ELETRÔNICO:** <http://www.compras.rj.gov.br>

### **ATENÇÃO**

O Acórdão nº 754/2015 do Plenário do Tribunal de Contas da União determina expressamente que a Administração Pública instaure processo administrativo para aplicação de sanções administrativas às empresas que praticarem, injustificadamente, tanto na fase licitatória quanto na contratual, ato tipificado no artigo 7º da Lei 10.520/2002.

Portanto, solicitamos que as licitantes leiam atentamente o edital e seus anexos com o objetivo de verificar se sua proposta atende as exigências do instrumento convocatório.

Salientamos que as condutas passíveis da aplicação de penalidades estão descritas no item “Das Sanções Administrativas”.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## ÍNDICE

1. DA INTRODUÇÃO
2. DO OBJETO
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES
9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
10. DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE
16. DO PRAZO
17. DA GARANTIA
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DOS ANEXOS	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (itens 4.9 e 10.1.1, alínea “b”).
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA EMPRESA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (itens 7.3 e 10.1.1, alínea “c”).
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODIN (itens 4.5 e 10.1.1, alínea “d”).
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (item 10.1.1, alínea “e”).
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA CONTRATAÇÃO COM A CODIN (item 10.1.1, alínea “f”).
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 9.777/98 (item 10.1.1, alínea “g”).
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE NEPOTISMO (item 10.1.1, alínea “h”).
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (item 10.1.1., alínea “i”).
ANEXO X	DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS (item 10.4.5).
ANEXO XI	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 7.258, DE 12/04/16 (itens 12.3 e 12.3.1).



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## 1. DA INTRODUÇÃO

**1.1 A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN**, com sede na Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente, com base no Regulamento de Licitações e Contratos da **CODIN** e na forma do disposto no **Processo Eletrônico nº E-22/010/106/2019**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, SENDO O CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO O DE MENOR PREÇO POR LOTE** e que será regido pelo Regulamento de Licitações da CODIN, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e, no que couber, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, pelo Decreto Estadual nº 42.301/10, pelo Decreto Estadual nº 31.863/02, pelo Decreto Estadual nº 31.864/02, pelo Decreto Estadual nº 42.063/09, pelo Decreto nº 42.091/09, pelo Decreto 41.203/08 e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br>, no **dia 10/11/2020 às 11 horas** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3** As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br> e no portal eletrônico da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, na página <http://www.codin.rj.gov.br>, opção: “Transparência Pública/Licitação”, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel formato A4 – 75g/m², na Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, Superintendência de Administração/Licitação e Contratos - SAD, no horário de 10:00 às 12:30 horas e de 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, em **até 05 (cinco) dias úteis anteriores** à abertura da sessão, conforme regras abaixo:

**a)** Pelo endereço: Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, **exclusivamente no horário de 10:00 às 17:00 horas**;

**b)** Pelo endereço eletrônico [licitacao@codin.rj.gov.br](mailto:licitacao@codin.rj.gov.br), **exclusivamente no horário de 10:00 às 17:00 horas**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**1.5.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**1.6** Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão, conforme regras abaixo:

**a)** Pelo endereço: Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, **exclusivamente no horário de 10:00 às 17:00 horas;**

**b)** Pelo endereço eletrônico **licitacao@codin.rj.gov.br, exclusivamente no horário de 10:00 às 17:00 horas.**

**1.6.1** Caberá ao Diretor Presidente, auxiliado pelo Pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

**1.7** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento será divulgada, mediante nota no endereço eletrônico **<http://www.compras.rj.gov.br>**, na parte relacionada a futuras licitações e na página eletrônica da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - **<http://www.codin.rj.gov.br>**, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## **2. DO OBJETO**

**2.1** A presente licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tem como objeto a contratação de empresa de prestação de serviços de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro, que contemplarão a assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterapia, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro, com padrão em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária à internação hospitalar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, visando atender as necessidades das CODIN, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em todos os seus Anexos, compreendendo um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos.

## **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS**

**3.1** As despesas com a execução do contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de **2020/2021**, assim classificadas: **Programa de Trabalho: 2271.22122000220160000, Natureza de Despesa: 3390, Fonte de Recursos: 100 e 230.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**3.2** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Poderão participar desta licitação as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pelo Sistema SIGA e que atendam às exigências deste Edital.

**4.2** Não serão admitidas na licitação, assim como estarão impedidas de contratar com a **CODIN**, as empresas que estejam enquadradas nas seguintes vedações:

**I.** Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da **CODIN**.

**II.** Suspensa pela **CODIN**.

**III.** Declarada inidônea pela União, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**IV.** Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

**V.** Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.

**VI.** Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

**VII.** Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

**VIII.** Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**4.3** Aplica-se a mesma vedação prevista no **item 4.2 deste Edital**:

**I.** À contratação do empregado da **CODIN** ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

**II.** A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

**a)** Dirigente da **CODIN**.

**b)** Empregado da **CODIN** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.

**c)** Governador ou Secretário de Estado do Rio de Janeiro.

**III.** Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CODIN** há menos de 6 (seis) meses.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**4.4** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

**4.4.1** Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**4.5** A incidência ou não nas vedações contidas nos **itens 4.2 a 4.4 deste Edital** será objeto de declaração do licitante interessado, devendo ser apresentado o **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODIN**, que deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, em conformidade com **alínea “d” do item 10.1.1 deste Edital**.

**4.6** A falsidade da declaração mencionada no **item 4.5 deste Edital** acarretará a exclusão do licitante do certame, e/ou rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 121 do Regulamento de Licitação da **CODIN** e **neste Edital**.

**4.7** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu artigo 3º.

**4.7.1** Em caso de não atendimento do contido no **item 4.7 deste Edital**, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

**4.8** O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

**4.9** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, constante do **ANEXO II**, que deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, em conformidade com **alínea “b” do item 10.1.1 deste Edital**.

## **5. DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/2002.

**5.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**5.2.1** O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br>, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

**5.2.1.1** O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

**5.2.1.2** Após o recebimento da documentação, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA, deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

**5.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão ou **CODIN** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

**5.4** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para imediato bloqueio de acesso.

**5.5** O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

## **6. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**6.1** Observado o disposto nos **itens 4 e 5 deste Edital**, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas.

**6.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.3** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**6.4** Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1** A Proposta de Preços (valor) deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (SIGA), em campo específico, a ser integralmente preenchido.

**7.1.1** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**7.1.2** Os documentos (opcionais) anexados durante a inserção da proposta de preços no SIGA (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

**7.1.2.1** Na Proposta de Preços encaminhada por meio do Sistema SIGA não será permitida a identificação do nome/Razão Social do licitante, ou quaisquer outras informações e/ou códigos que permitam identificar o licitante.

**7.1.3** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

**7.2** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**7.3** Caso o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do **ANEXO III DO EDITAL**, que deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, em conformidade com **alínea “c” do item 10.1.1 deste Edital**.

**7.4** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

**7.5** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outras não prevista neste Edital.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**7.6 A PROPOSTA DE PREÇO** do licitante declarado arrematante deverá ser encaminhada Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, que deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, em conformidade com **alínea “a” do item 10.1.1 deste Edital**, e deverá:

**7.6.1** Ser apresentada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**7.6.2** Conter a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

**7.6.3** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, que deverá ser preferencialmente no Banco Bradesco S/A, instituição financeira contratado pelo Estado do Rio de Janeiro.

**7.6.4** Conter todas as especificações do objeto, como marca, garantia etc.

**7.6.5** Ter os preços expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**7.6.6** Ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**7.6.7** Obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**7.7** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão.

**7.7.1** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da **CODIN**, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**7.8** A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

## **8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1** A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**8.1.1** O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no **horário de 9:00 às 18:00 horas**, após esse período será bloqueado para tal finalidade.

**8.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

**8.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.4** Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

**8.5** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico - SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.6** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

**8.7** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.7.1** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**8.7.2** O **período randômico** de disputa somente poderá ser **iniciado até as 17:20 horas, tendo em vista que às 18:00 horas o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.**

**8.8** Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no **item 7.4 deste Edital**.

**8.8.1** No caso de empate entre as propostas e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no **item 9.3 deste Edital**, aplicam-se as disposições sobre direito de preferência constantes dos Artigos



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, referentes à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**8.8.2** Nas licitações em que após o exercício do direito de preferência de que trata o item anterior esteja configurado empate em primeiro lugar, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: **(a)** produzidos no País; **(b)** produzidos ou prestados por empresas brasileiras; **(c)** produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e **(d)** produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

## 9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**9.1** O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o **item 9.3 deste Edital**.

**9.1.1** Os preços ofertados após a etapa de lances não poderão ser superiores ao preço de mercado levantado pela administração como Critério de Aceitabilidade.

**9.1.2** No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.

**9.2** O SIGA informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do **item 9.3 deste Edital**, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

**9.3** Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

**9.3.1** Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

**9.3.2** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**b)** caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

**c)** na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**9.3.3** Caso Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.3.4** Persistindo o empate, serão observadas as regras contidas no **item 8.8 deste Edital** e respectivos subitens.

**9.4** Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**9.4.1** As seguintes propostas serão desclassificadas:

I – Contenham vícios insanáveis;

II – Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III – Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela **CODIN**;

IV – Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação das propostas com a **CODIN**, observando-se a regra geral de caráter sigiloso do orçamento;

V – Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

**9.4.1.1** A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

**9.4.2** Em licitações de obras e serviços de engenharia, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, serão considerados os parâmetros abaixo:

**a)** Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

I - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela **CODIN**;

II - Valor do orçamento estimado pela **CODIN**.

**9.4.3** A **CODIN** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**9.4.4** Para efeito de demonstração de exequibilidade, não se admitirá proposta que importe em ausência de lucro ao licitante em relação ao contrato advindo da licitação.

**9.4.5** Caso o lance ou proposta final do primeiro classificado esteja acima do orçamento estimado, haverá tentativa de negociação com o licitante para adequar o seu valor aos limites do orçamento estimado.

**9.4.6** A negociação de que trata o **item 9.4.5 deste Edital**, deverá ser feita com demais os licitantes, segundo a ordem de classificação, no caso de o primeiro colocado, após a negociação, ser desclassificado por sua proposta final permanecer superior ao orçamento estimado.

**9.4.7** Se depois de adotada a providência referida no **item 9.4.6 deste Edital**, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação poderá ser revogada ou declarada fracassada pela autoridade superior.

**9.4.8** Confirmada a efetividade do lance ou proposta final que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a **CODIN** deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou, desde que da negociação não resulte a inexecuibilidade da proposta.

**9.5** O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br>.

**9.6** A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 10. DA HABILITAÇÃO

### 10.1 Regras Gerais

**10.1.1** Efetuados os procedimentos previstos no **item 9 deste Edital**, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá entregar no seguinte endereço: Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001, **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

a) A **PROPOSTA DE PREÇO** relativa ao valor arrematado, em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal

b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **ANEXO II**;

c) Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo constante do **ANEXO III**, somente se o licitante estiver enquadrado em tal condição;

d) Declaração de atendimento aos requisitos e condições de participação e contratação, exigidos pelo Artigo 14 do Regulamento de Licitações da CODIN, na forma do **ANEXO IV**;

e) Declaração relativa ao cumprimento ao Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do **ANEXO V**.

f) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a **CODIN**, na forma do **ANEXO VI**

g) Declaração de atendimento a Lei Federal nº 9.777/98, na forma do **ANEXO VII**.

h) Declaração de inexistência de relação de nepotismo, na forma do **ANEXO VIII**.

i) Declaração de inexistência de penalidade, na forma do **ANEXO IX**.

j) Os documentos de habilitação previstos no **item 10.2 a 10.5 e 10.8 deste Edital**.

**10.1.1.1** Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

**10.1.1.2** Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no **item 10.1.1.1 deste Edital**, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

**10.1.2** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro.

**10.1.3** Se o licitante desatender às exigências previstas no **item 10 deste Edital**, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**10.1.4 O SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados no **item 10.3 deste Edital**.

**10.1.4.1** O licitante que apresentar o **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** deverá, ainda, apresentar os documentos previstos nos **itens 10.2, 10.4, 10.5 e 10.8 deste Edital**, sem prejuízo de outros documentos exigidos no edital e **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

**10.1.4.2** O licitante que não apresentar o **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** deverá apresentar os documentos de habilitação indicados nos **itens 10.2 a 10.5 e 10.8 deste Edital**, sem prejuízo de outros documentos exigidos no edital e **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

## **10.2 Da Habilitação Jurídica**

**10.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a)** cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b)** registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g)** ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

## **10.3 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**10.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1) Fazenda Federal:** apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2) Fazenda Estadual:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro,** a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda **e a** Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, **expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;**

**c.3) Fazenda Municipal:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

**d)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**f)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991.

**10.3.1.1** Na hipótese de se tratar de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

**10.3.1.2** Em sendo declarada vencedora do certame Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com débitos fiscais e trabalhista ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período.

**10.3.1.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da **CODIN**.

**10.3.1.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Regulamento de Licitações da **CODIN**.

#### **10.4 Da Qualificação Econômico-Financeira**

**10.4.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. **Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.**

**10.4.1.1** As certidões comprobatórias do atendimento do **item 10.4.1 deste Edital**, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

**10.4.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**10.4.3** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar o **Balanço Patrimonial ou Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, admitindo-se a sua substituição pela declaração de imposto de renda do último exercício, no caso de sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou capital fechado, sendo vedada a substituição do balanço e das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

São considerados aceitos “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

- ✓ Publicado em Diário Oficial; ou
- ✓ Publicado em jornal; ou,



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- ✓ Por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de abertura e encerramento; ou
- ✓ Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

**10.4.3.1 O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** devem estar devidamente datados e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. **A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade é indispensável.**

**10.4.4** Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir, por meio dos documentos indicados no item anterior, de que a empresa apresenta de Índice de Liquidez Corrente-ILC e Índice de Liquidez Geral-ILG com resultado igual ou maior que **1 (um)** e o Índice de Endividamento menor que **1 (um)**, como segue:

**Índice de Liquidez Corrente – ILC**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > \text{ou} = 1$$

**Índice de Liquidez Geral – ILG**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > \text{ou} = 1$$

**Índice de Endividamento – IE**

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \text{ou} < 1$$

**10.4.5** Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento deste Edital, serão confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá pôr sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, na forma do **ANEXO X – DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS**.

**10.4.6** Os responsáveis pela elaboração do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Índices Contábeis apresentarão, obrigatoriamente, junto com os respectivos documentos, a Certidão de Regularidade Profissional.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## **10.5 Da Qualificação Técnica**

**10.5.1** Relativamente à qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**10.5.1.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica que comprovem o desempenho anterior satisfatório, por um período mínimo de 02 (dois) anos, ininterruptos, em atividade pertinente em características, quantidades e prazos com os serviços ora licitados, emitidos por entidade de direito público ou privado, para a qual o licitante tenha realizado ou esteja realizando serviço compatível com o objeto licitado.

**10.5.1.2** Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser impressos em papel timbrado do emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

**I.** CNPJ, Razão Social e endereço da entidade de direito público ou privado emitente dos Atestados.

**II.** Nome, cargo, telefone e e-mail do signatário da entidade de direito público ou privado emitente dos Atestados, a fim de que a **CODIN** possa com elas manter contato, para diligência.

**III.** CNPJ, Razão Social e endereço da licitante contratada pela entidade de direito público ou privado atestante para a execução do objeto atestado.

**IV.** Descrição do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, nos termos do **item 10.5.1.1 deste Edital**;

**V.** Data da emissão do(s) atestado(s).

**VI.** Assinatura dos representantes da entidade de direito público ou privado emitente dos Atestados.

**10.5.2** Os documentos apresentados poderão ser complementados por contratos e outros documentos hábeis que objetivem evidenciar a efetiva prestação de serviços, apresentados na forma do **item 10.7 deste Edital**.

**10.5.3** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de qualificação técnica implicará inabilitação da licitante.

**10.5.4** O licitante detentor da melhor proposta não deverá estar sob Direção Fiscal da ANS.

**10.5.5** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar autorização de funcionamento na forma do artigo 8º da Lei nº 9656/98.

**10.5.6** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar Registro no Conselho Regional de Medicina, em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei nº 6.839 de 30/10/1980 (redação dada pela MP 2177-44/01).



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**10.5.7** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de Registro de funcionamento da licitante.

**10.5.8** O licitante detentor da melhor proposta deverá comprovar que possui responsável técnico, na Operadora ou Seguradora de Plano de Saúde, através de comprovação de possuir, profissional pertencente ao quadro da empresa, indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, com prazo mínimo de duração determinado, de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução do serviço, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**10.6** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**10.7** Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica.

## **10.8 Das Cooperativas**

**10.8.1** Será admitida a participação de cooperativas que atendam o objeto licitado, bem como, conforme o caso, as exigências do **item 10 deste Edital**, no que couber, e apresentem os seguintes documentos:

**I.** Ata de fundação.

**II.** Estatuto social, com a ata da assembleia de aprovação.

**III.** Regimento interno, com a ata da assembleia de aprovação.

**IV.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia de aprovação.

**V.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias, com a ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros.

**VI.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais.

**VII.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame.

**VIII.** Relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**IX.** Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados.

**X.** Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

**XI.** O registro previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764 de 16/12/197;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**XII.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

**10.9** Para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da Internet ou a qualquer outro repositório cabível, inclusive os autos de outros processos licitatórios da **CODIN**, poderão ser produzidos pelo Pregoeiro, que os juntará ao processo.

**10.9.1** A possibilidade de consulta prevista no **item 10.9 deste Edital** não constitui direito do licitante, e a **CODIN** não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios necessários, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do Sistema Eletrônico - SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

**11.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**11.3** As razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail: **licitacao@codin.rj.gov.br**, com posterior entrega do original, desde que observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame, para o endereço da **CODIN** na Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001.

**11.4** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o **item 11.1 deste Edital**.

**11.5** O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.6** O recurso será recepcionado pelo Pregoeiro que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à decisão superior sobre o provimento ou não do recurso.

**11.7.** O recurso não será admitido pelo Pregoeiro se ausentes os pressupostos da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**11.8.** Julgados os recursos, o Diretor Presidente adjudicará o objeto licitado e homologará o resultado da licitação, caso não dê provimento ao recurso, ou determinará que se proceda ao ato pertinente, caso dê provimento, ainda que parcial, ao recurso interposto.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Diretor Presidente da **CODIN**.

**12.1.1** Havendo interposição de recurso e presentes os pressupostos indicados no **item 11.7 deste Edital**, após o julgamento, o Diretor Presidente adjudicará e homologará o procedimento, caso não dê provimento ao recurso, ou determinará que se proceda ao ato pertinente, caso dê provimento, ainda que parcial, ao recurso interposto.

**12.1.2** Havendo interposição de recurso e constatada, pelo Pregoeiro, a ausência dos pressupostos indicados no **item 11.7 deste Edital**, o recurso não será admitido e o objeto do certame será adjudicado ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado, na forma do **item 12.1 deste Edital**.

**12.2** Uma vez homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para assinatura do contrato, sob pena de decadência do direito à contratação caso o adjudicatário deixe de assinar o contrato no prazo fixado.

**12.2.1** O prazo de convocação fixado no **item 12.2 deste Edital** poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

**12.3** Na forma do disposto na Lei nº 7.258, de 18/09/2003, o licitante vencedor deverá apresentar, **como condição para assinatura do contrato, a DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 7.258, DE 12/04/16 - ANEXO XI**, de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitado ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I. de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento).
- II. de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento).
- III. de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento).
- IV. mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

**12.3.1** A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento da Lei supramencionada, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**12.4** Poderá o Diretor Presidente, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**12.5** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado e nas condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação, a **CODIN** poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório OU, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação nos termos propostos, a **CODIN** poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório, conforme disposto no **Parágrafo Primeiro do Artigo 93 do Regulamento de Licitações da CODIN**, sem prejuízo da possibilidade de eventual negociação de preço, caso o Pregoeiro julgue cabível, sempre respeitando a ordem de classificação final das propostas.
- b) revogar a licitação.

### 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**13.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente na instituição financeira em que a **CODIN** mantenha conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**13.2** No caso de a licitante estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada em que a **CODIN** mantenha conta corrente ou caso verificada pelo **CODIN** a impossibilidade de a licitante, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela licitante.

**13.3** O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**13.3.1** A licitante deverá encaminhar a fatura para pagamento à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Rio Branco nº 110 - 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001, após a entrega de cada parcela, acompanhada da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

a) A Nota Fiscal **deverá** ser encaminhada através do e-mail: **contasapagar@codin.rj.gov.br**, acompanhada de toda documentação.

**13.4** Satisfeitas às obrigações previstas nos **itens 13.3 e 13.3.1 deste Edital**, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, com crédito em conta corrente, após o cumprimento da prestação com a



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a Comissão de Fiscalização da **CODIN**, que se dará com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**13.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa do contratado, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**13.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

**13.7** O pagamento será realizado mensalmente, **após** o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a fiscalização da **CONTRATANTE**.

**13.8** No caso de prorrogação do prazo contratual, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA, item “Plano de Saúde”, com periodicidade anual, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

**13.9** O contratado deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**14.1** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Licitante e/ou Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

**a)** Advertência;

**b)** Multa administrativa;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**14.2** O licitante que, convocado nos prazos indicados nesse edital e/ou nos prazos oficialmente divulgados pela **CODIN**, conforme o caso, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e contratar com **CODIN**, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme disposto no **artigo 122 do**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**Regulamento de Licitações da CODIN**, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**14.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**14.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**14.4** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada preferencialmente dos pagamentos eventualmente devidos pela **CODIN**, e, somente posteriormente, da garantia do respectivo contratado.

**14.4.1.** Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela **CODIN** e ao valor da garantia contratual, além da perda destes, responderá o contratado pela sua diferença, que será cobrada amigavelmente ou judicialmente.

**14.5.** As sanções previstas nas **alíneas “a” e “c” do item 14.1 deste Edital** poderão ser aplicadas juntamente com a da **alínea “b”**.

**14.6** Caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

**14.7** As sanções das **alíneas “b” e “c” do item 14.1 deste Edital** somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo, ficando a critério da autoridade competente a instauração de processo administrativo formal para aplicação da sanção de que trata a **alínea “a” do item 14.1 deste Edital**.

**14.7.1** Caso a autoridade competente decida pela dispensa de instauração de processo administrativo formal para a aplicação da sanção de que trata a **alínea “a” do item 14.1 deste Edital**, todos os atos, documentos e registros pertinentes poderão ser realizados e devidamente gravados exclusivamente em meio eletrônico, em pasta eletrônica própria, observadas as regras para aplicação de penalidades previstas neste edital, especialmente o **item 14.14 deste Edital**, e o **Regulamento de Licitações da CODIN**.

**14.8.** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional nas hipóteses previstas no **artigo 122 do Regulamento de licitação da CODIN**.

**14.9** A cada conjunto de 03 (três) sanções, classificadas como de menor gravidade e aplicadas com base na **alínea “a” do item 14.1 deste Edital**, será obrigatoriamente aplicada à sanção prevista na **alínea “b” do item 14.1 deste Edital**, observado o disposto no **item 14.11 deste Edital**.

**14.9.1** Nesta hipótese, a 3ª (terceira) sanção de advertência (**alínea “a” do item 14.1 deste Edital**) será aplicada em conjunto com a sanção de multa (**alínea “b” do item 14.1 deste Edital**).



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**14.10** A advertência poderá ser aplicada quando a Licitante e/ou Contratada não apresentar a documentação exigida no **item 15.7 deste Edital**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**14.11** A multa administrativa, prevista na **alínea b, do item 14.1 deste Edital**:

- a)** Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

**14.12** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CODIN, prevista na **alínea c, do item 14.1 deste Edital**:

- a)** Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b)** Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**14.13** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**14.14** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**14.14.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**14.14.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**14.14.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**14.14.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**14.15** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela **CODIN**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**14.16** As penalidades previstas no **item 14.1 deste Edital** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**14.16.1** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação ou de declaração de inidoneidade ficarão impedidos de contratar com a **CODIN** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**14.17** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**14.17.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central do Sistema Logístico o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na **alínea “c” do item 14.1 deste Edital**.

## **15. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE**

**15.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a)** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b)** definitivamente, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**15.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

**15.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

**15.4** A contratada responde por todo e qualquer dano que causar à **CODIN** ou a terceiros, ainda que culposamente, praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela **CODIN**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.4.1** O valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos, após o devido processo administrativo, poderá ser descontado diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos ou da garantia contratual, ou, ainda cobrado diretamente da contratada, independentemente de qualquer procedimento judicial.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**15.5** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CODIN**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**15.6** A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, incluindo-se as custas judiciais, honorários advocatícios entre outros regularmente suportados, podendo a **CODIN**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**15.6.1** A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere à **CODIN** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

**15.7** A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**15.8** A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **item 15.7 deste Edital** ensejará a imediata expedição de notificação à Contratada, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**15.9** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido

**15.10** No caso do **item 15.9 deste Edital**, será expedida notificação à Contratada para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

**15.11** Será designada, pelo Diretor Presidente, Comissão de Fiscalização e Acompanhamento constituída de, no mínimo, 03 (três) membros.

## **16. DO PRAZO**

O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, por iguais períodos dentro do



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

limite de 5 (cinco) anos previsto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CONTRATANTE**.

## 17. DA GARANTIA

**17.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, artigo 105 do **Regulamento de Licitações da CODIN**, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**17.1.1** Caso seja eleita a fiança bancária como modalidade de garantia para assegurar a execução do contrato, deverão ser observadas as seguintes disposições, sob pena de não aceitação do instrumento de garantia pela **CODIN**:

- a) A instituição emissora da fiança bancária deverá possuir registro ativo no Banco Central do Brasil;
- b) A fiança bancária deverá conter as seguintes informações:
  - I. valor, dados completos do tomador, dados completos do beneficiário, vigência, objeto e nº do Contrato;
  - II. cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito da afiançada;
  - III. indicação da **CODIN** como beneficiária;
  - IV. cláusula de renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
  - V. cláusula estabelecendo prazo de validade até a extinção das obrigações da afiançada;
  - VI. declaração de que a Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social, e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários;
  - VII. deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria;
  - VIII. cláusula com a eleição de foro, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro;
  - IX. o subscritor da Carta de Fiança Bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nos itens acima.

**17.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**17.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com os artigos 115 e 116 do **Regulamento de Licitações da CODIN**, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**17.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**17.5** O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**17.6** A apresentação irregular ou não recolhimento, pela **CONTRATADA**, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

**17.7** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CODIN** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**18.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o **inciso III, do artigo 61 do Regulamento de Licitações da CODIN**.

**18.2.1** Será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, a ser exercido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso a revogação ou a anulação da licitação se dê após o início da etapa de lances ou propostas.

**18.3** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no **artigo 115 do Regulamento de Licitações da CODIN**.

**18.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

**18.5** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

**18.6** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital.

**18.7** Acompanham este Edital os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA</b> (itens 4.9 e 10.1.1, alínea “b”).



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

ANEXO III	DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA EMPRESA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (itens 7.3 e 10.1.1, alínea “c”).
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODIN (itens 4.5 e 10.1.1, alínea “d”).
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (item 10.1.1, alínea “e”).
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA CONTRATAÇÃO COM A CODIN (item 10.1.1, alínea “f”).
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 9.777/98 (item 10.1.1, alínea “g”).
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE NEPOTISMO (item 10.1.1, alínea “h”).
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (item 10.1.1., alínea “i”).
ANEXO X	DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS (item 10.4.5).
ANEXO XI	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 7.258, DE 12/04/16 (itens 12.3 e 12.3.1).
ANEXO XII	MINUTA DE CONTRATO

**18.8** A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor, nos termos do **artigo 62 do Regulamento de Licitações da CODIN**.

**18.9** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio.

**18.10** O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2020.

**Fábio Eduardo Galvão Ferreira da Costa**

Diretor Presidente

Id. Funcional: 5098796